

Governo empresta R\$ 2,7 bi a 18 estados

Sandro Silveira
Da equipe do Correio

O governo, que ainda gasta mais do que arrecada (o déficit do Tesouro Nacional em 1995 foi de R\$ 3,9 bilhões e já é de R\$ 2,8 bilhões este ano), está cada vez mais próximo de enquadrar os estados em uma dieta financeira.

Essa história terá uma parte boa para o brasileiro. Caso os estados se enquadrem — poucos, como o Ceará, já conseguiram saúde financeira — haverá mais dinheiro para ser gasto com obras de água, esgoto, educação e saúde.

Até ontem, informaram técnicos da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 18 dos 26 estados do país — veja gráfico — haviam obtido um total de R\$ 2,7 bilhões em empréstimos com vários objetivos.

Equilíbrio — Para terem direito a esses empréstimos, os estados negociaram uma dieta financeira (programa de metas) com o Tesouro, pela qual deverão ter suas contas equilibradas dentro de dois anos.

“O estado pede o envio de uma missão de técnicos do governo federal, que passam três dias lá, coletam dados, voltam ao quartel de Brasília e fazem relatórios que servirão de base para essa negociação”, explica Fábio de Oliveira

Barbosa, secretário adjunto do Tesouro.

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e seu secretário-executivo, Pedro Parente, não vêem semelhança nesse tipo de relação entre governo e estados com a do Fundo Monetário Internacional (FMI) e os países subdesenvolvidos.

Barbosa afirma que “as autoridades estaduais não têm ficado constrangidas com as missões, como sendo uma imposição do governo, mas discutido tudo com muita seriedade e objetividade”.

Empréstimos — As “contas equilibradas” estão definidas pelo “Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados”, que criou, no fim do ano passado, quatro linhas de empréstimos — leia quadro — aos estados.

Equilíbrio significa que a cada R\$ 100 que entrarem nos cofres estaduais, até R\$ 60 poderão pagar a folha de pessoal, R\$ 15 deverão quitar dívidas e R\$ 10 bancarão limpeza, água, luz e outros gastos de custeio.

Dessa forma, os estados terão como investir R\$ 15 a cada R\$ 100 em obras de maior interesse da população. Técnico da CEF diz que 70% dos governadores estaduais vivem de assinar cheques para pagar funcionalismo e custeio da máquina pública.

